



Nota de Abertura

» A Comissão Europeia propôs medidas para incentivar e facilitar a reutilização da água na UE para irrigação agrícola. Desta forma, pretende-se proteger o ambiente, os consumidores, ajudando-se os agricultores a fazerem o melhor uso possível das águas residuais não portáteis, atenuando a escassez de água.

Com estas novas regras, são estabelecidos limites mínimos que permitam a reutilização de águas provenientes de estações de tratamento de águas residuais urbanas, abrangendo elementos microbiológicos e requisitos para os controlos de rotina e de validação. Incluída está também a gestão de riscos, de forma a garantir uma reutilização da água segura. Considera-se um maior acesso do público à informação sobre estas práticas.

O panorama hídrico da União indica-nos que um terço do território sofre de stresse hídrico durante todo o ano e a escassez de água continua a ser uma

preocupação. Com as alterações climáticas e os padrões meteorológicos imprevisíveis, estas novas medidas têm por objetivo fazer face à escassez de água potável, através da reutilização de uma fonte de água que neste momento tem uma utilização muito abaixo do seu potencial. Para além disso, complementam a modernização em curso da economia europeia, a política agrícola comum e as alterações climáticas, e contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como para a transição para uma economia circular, um objetivo importante para a Comissão.

Prof. Doutor Alfredo Borba
Coordenador do Centro de Informação
Europe Direct dos Açores

Novas regras para reduzir o lixo marinho

» Por forma a reduzir os plásticos encontrados nas praias europeias e no mar, bem como para as artes de pesca perdidas ou abandonadas, a Comissão propôs novas regras para os 10 produtos de plástico descartáveis mais frequentemente encontrados nas praias europeias e no mar, bem como para as artes de pesca perdidas ou abandonadas, que, no seu conjunto, representam mais de 70% do lixo marinho. Regras diferentes para produtos diferentes: nos casos em que existem alternativas facilmente disponíveis e acessíveis em termos de preço, os produtos de plástico descartáveis serão banidos do mercado; nos casos de produtos sem alternativas diretas, procurar-se-á limitar a sua utilização através da redução do seu consumo a nível nacional, de requisitos de conceção e de rotulagem e de obrigações de gestão dos resíduos/limpeza para os produtores.



A existência de um conjunto de regras para o todo o mercado da UE proporcionará o desenvolvimento de economias de escala pelas empresas e que estas sejam mais competitivas no mercado mundial em expansão de produtos sustentáveis. Estas propostas serão agora analisadas, discutidas e votadas no Parlamento Europeu e no Conselho. A Comissão considera

este dossiê prioritário, bem como a prossecução de resultados tangíveis antes das eleições europeias de maio de 2019. No Dia Mundial do Ambiente, a 5 de junho, a Comissão lançou uma campanha de sensibilização para pôr em evidência as possibilidades de escolha dos consumidores e salientar o papel dos cidadãos no combate à poluição por plásticos e ao lixo marinho.

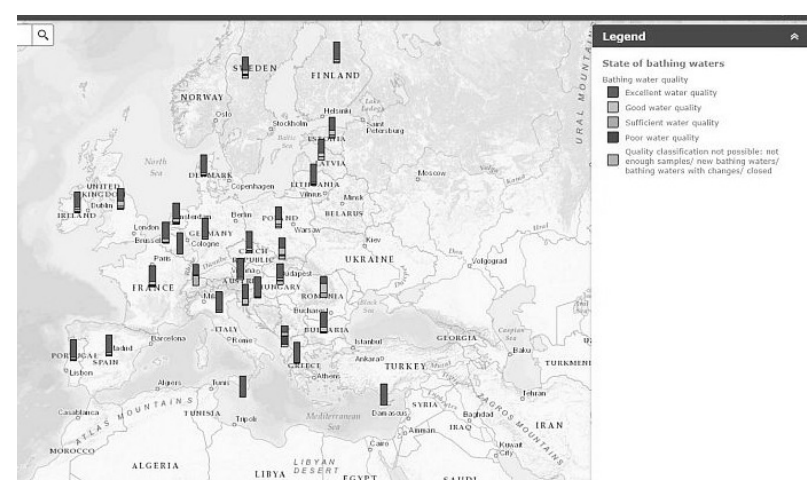
Desenvolvimento Regional e Política de Coesão além 2020

» Para o próximo orçamento a longo prazo, relativo ao período de 2021-2027, a Comissão propõe modernizar a sua Política de Coesão, a sua principal política de investimento e uma das expressões mais concretas de solidariedade. Embora a economia da UE esteja em recuperação, são necessários investimentos adicionais para colmatar lacunas persistentes

nos Estados-Membros, ou entre eles. Dispondo de autorizações orçamentais de 373 mil milhões de euros para 2021-2027, os recursos continuarão a ser dirigidos para as regiões que necessitam de recuperar o seu atraso em relação ao resto da UE. Ao mesmo tempo, manter-se-á uma forte ligação direta entre a UE e as suas regiões e municípios.

Qualidade das águas balneares europeias diminuiu ligeiramente em 2017

» O último relatório anual sobre a qualidade das zonas balneares europeias, referente a 2017, revela uma ligeira deterioração dos resultados. Não obstante, 85 % das zonas balneares europeias satisfaziam as normas de qualidade “excelente”, o que significa que a maioria está isenta de poluentes nocivos. De acordo com este relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA) e da Comissão Europeia, a quase totalidade das 21 801 zonas balneares monitorizadas em toda a Europa no ano passado, das quais 21 509 nos 28 Estados-Membros da UE (99,9%), satisfaziam as exigências mínimas de qualidade nos termos das regras da UE. A Albânia e a Suíça também monitorizaram as suas zonas balneares,



tendo apresentado relatórios sobre a qualidade de 292 zonas. Em Portugal, foram analisadas 603 estâncias balneares, das quais 480 costeiras, entre 1 de maio e 15 de outubro de 2017, tendo sido colhidas 3801 amostras de água. Destas amostras, 95%

foram classificadas como “boas” ou “excelentes”. O mapa interativo, que pode ser consultado no sítio Web da AEA, mostra que nos Açores os resultados da maioria das zonas balneares analisadas revelam uma qualidade de água excelente.